

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Veja Class.: Guarani/Caso Marçal
 Data: 18/06/86 Pg.: 44-45 284

DIPLOMACIA

Sarney vai ao papa

A crise entre governo e CNBB leva o presidente a antecipar seu encontro com João Paulo II

O presidente José Sarney decidiu, na semana passada, armar o primeiro lance audacioso de seu governo no campo da diplomacia. Na quarta-feira, ele encaminhou ao Congresso um pedido de autorização para encontrar-se com o papa João Paulo II, no próximo dia 10, em Roma — e, ao fazê-lo, surpreendeu duplamente os destinatários de sua solicitação. A viagem a Roma, que Sarney pretendia realizar em setembro, fora subitamente antecipada em dois meses. Além disso, ao justificá-la, o presidente quebrou a tradição de servir-se de um texto conciso, de no máximo cinco linhas, e apresentou ao Congresso um longo arrazoado em que destaca sua disposição de expor pessoalmente ao papa uma “avaliação sobre a situação brasileira após um ano e meio de grandes transformações políticas e econômicas”. “O comunicado é uma mensagem cifrada”, explicaria depois um dos assessores do presidente. “O óbvio nós não podíamos dizer.”

O óbvio, no caso, são as relações entre a cúpula da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, e o governo. Há pelo menos três meses elas não andam boas e, em fins de maio, atingiram seu ponto crítico quando o presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, qualificou o governo de “fascista”. No plano político, com a sua declaração, dom Ivo, que jamais tratou de forma semelhante os governos militares que combateu, atirou um insulto dando a Sarney um adjetivo que sequer a extrema esquerda jamais lhe deu. Fustigado por esse tiroteio, Sarney resolveu ir à luta para remover os obstáculos, lançando mão de recursos extremos e repletos de risco.

LANCE ARRISCADO — “A ida do presidente ao papa é um gesto político de descontentamento com a atuação da cúpula da CNBB e de uma pequena parte do cle-



Marçal fala ao papa: três anos depois, a morte numa emboscada



Sarney: atropelando a diplomacia

ro brasileiro”, diz um assessor presidencial. Ir direto ao papa para queixar-se de bispos ou para pedir tolerância da hierarquia para com atos do governo é um lance de consequências tão imprevisíveis quanto a decisão de um jogador de futebol estreante numa Copa do Mundo que decidisse chutar a gol de fora da área. Em geral, erra-se o alvo, mas sempre pode ocorrer o inesperado. Na última quinta-feira, por exemplo, o lateral Josimar, que chegou por acaso à Seleção Brasileira, acertou a rede irlandesa e encantou o mundo. O lance de Sarney é parecido e só o tempo dirá onde foi parar a bola que chutou ao pedir o encontro. “A audiência em Roma será mais um desabafado do presidente sem qualquer resultado prático”, prevê um ministro. Sarney, no entanto, parece disposto a tentar a sorte.

No quadro atual, se tivesse optado pelas vias normais o presidente teria de percorrer um longo caminho até encontrar-se com João Paulo II. Inicialmente, ele deveria servir-se do embaixador brasileiro no Vaticano para fazer chegar suas ponderações ao pontífice. Se isso não fosse suficiente para aplacar

os litígios, poderia enviar posteriormente um emissário ao papa e, numa etapa seguinte, o próprio ministro das Relações Exteriores. Finalmente, caso persistissem as divergências, poderia solicitar ao papa a designação de um emissário ao Brasil. Somente depois de esgotar os esforços nessas quatro instâncias, a rotina recomendaria que o presidente deveria empreender uma visita ao pontífice. Para marcar sua audiência do dia 10, contudo, Sarney atropelou o minucioso ritual diplomático e acionou diretamente a cúpula do Vaticano.

Em meados de maio, dom Lucas Moreira Neves, secretário da Congregação para os Bispos, convidara a filha do presidente, Roseana, que gozava férias em Roma, para assistir à missa que o papa celebra todas as manhãs. Na ocasião, Roseana foi apresentada a João Paulo II, que a brindou com expressões de cortesia. “Quero conhecer seu pai”, disse o papa. Não se tratava de um convite, mas o presidente, depois do insulto de dom Ivo, resolveu entender a frase como tal. Através de dom Lucas Moreira Neves, que em janeiro do ano passado atuara para que o presidente eleito, Tancredo Neves, seu

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Veja Class.: Guaraní/Caso Marçal
 Data: 18/06/86 Pg.: 44-45 224

primo, fosse recebido pelo papa. Sarney tratou da audiência do dia 10, mantendo a CNBB e a própria Nunciatura Apostólica à margem das negociações. Dom Ivo Lorscheiter e dom Luciano Mendes de Almeida, secretário da entidade, só foram comunicados depois que o Vaticano deu sinal verde ao Palácio do Planalto. A CNBB então procurou informar-se na Nunciatura e, para surpresa de seus dirigentes, descobriu que também a Embaixada do Vaticano nada sabia. "O que o papa tem com tudo isso?", perguntava o porta-voz da CNBB.

"VAI PERDER TEMPO" — O presidente Sarney deverá permanecer com o papa durante 1 hora. Durante esse período conversarão a sós, pois como o papa fala razoavelmente português será dispensada a participação de um intérprete. Não se conhecerá, assim, o teor da conversa que manterão, a menos que algum dos interlocutores resolva depois tornar público o diálogo ou parte dele. Quando esteve no Vaticano, Tancredo Neves se permitiu revelar uma opinião que lhe fora expressa pelo papa: João Paulo II era favorável a que se fizesse uma reforma agrária no Brasil. Sabe-se hoje que a reforma agrária que o governo se dispõe a executar está longe da que é reivindicada por parte do clero brasileiro. "Se o presidente Sarney for ao papa para tratar da reforma agrária, vai perder tempo", diz o porta-voz da Arquidiocese de Olinda e Recife, monsenhor Isnaldo Fonseca.

Indo ao papa, Sarney dará uma demonstração de boa vontade e certamente o pontífice, depois do encontro, não remeterá o presidente à CNBB. Dificilmente, porém, ocorrerão alterações imediatas nas relações Igreja-governo na direção pretendida por Sarney. A diplomacia vaticana é lenta e as negociações com a Igreja sempre se arrastam em meio a dificuldades. No governo Geisel, quando todos os entendimentos do Planalto com o Vaticano eram feitos através da Nunciatura Apostólica, o nuncio dom Carmine Rocco foi encarregado de levar ao papa Paulo VI exemplares de livros do bispo dom Pedro Casaldáliga, acusado

de comunista pelos órgãos de segurança. O governo esperava uma manifestação sobre o conteúdo esquerdista dos textos de dom Pedro, mas o nuncio retornou de Roma com um apelo à paciência. "A Igreja é lenta", disse dom Carmine Rocco.

FIM DA TRÉGUA — "Sempre houve pressões dos governos sobre a Igreja e o papa", lembra o bispo de Porto Alegre,

Nas últimas duas décadas, sempre se ouviu falar da existência de padres esquerdistas no Brasil. Como eles habitualmente estavam alinhados às hostes mais radicais da oposição, julgava-se que constituíam o maior empecilho aos governos militares no período em que a Igreja era a única instituição com força suficiente para enfrentar o aparato da ditadura. A história real, porém, está registrada com outras tintas.

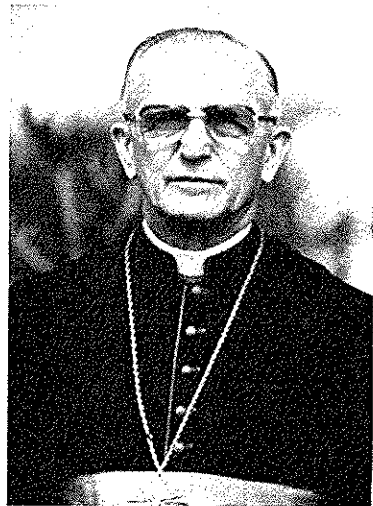
Ao contrário do que poderiam parecer em seus pronunciamentos públicos, de tom moderado, foram os bispos conservadores — sobretudo o arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales — os responsáveis pelas principais gestões junto ao governo em favor de presos políticos e cidadãos perseguidos na década de 70. Em 1969, por exemplo, a ala esquerda da Igreja mantinha distância do nuncio dom Sebastiano Baggio, a quem acusava de reacionário, sem se dar conta de que o Ministério do Exército articulava pressões sobre o bispo por considerá-lo comunista. À época, discretamente, dom Baggio patrocinava gestões para a obtenção de asilo para presos políticos.

Em um ano e três meses como presidente, José Sarney multiplicou os gestos de simpatia em direção à CNBB — fosse promovendo a censura ao filme *Je vous Salue, Marie*, ou segurando até o limite o Ministério da Reforma Agrária para o professor Nelson Ribeiro, que desde o início incomodava os setores conservadores de seu governo. Mesmo mantendo uma convivência mais tranqüila que a de seus antecessores, com a reforma agrária e a ex-

plosão da violência no campo a trégua terminou. Por uma casualidade, a visita de João Paulo II ao Brasil, há seis anos, para sempre estará associada ao tema que leva Sarney ao Vaticano. Em 11 de julho de 1980, em Manaus, o papa ouviu o emocionado discurso em que o cacique guarani Marçal de Souza denunciava que as tribos indígenas estavam sendo assassinadas por pistoleiros. Sobrevivendo numa região de conflitos de terra a 57 quilômetros de Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, três anos mais tarde Marçal morreu assassinado por jagunços.



Dom Ivo e dom Luciano: informados com atraso



Dom Eugênio: ação discreta



Roseana: encontro de cortesia

dom Antônio Cheuiche. "Não acredito que ele mude agora." Para atender a Sarney, bastaria a João Paulo II transferir para a Cúria Romana alguns dos bispos brasileiros — entre eles, dom Ivo Lorscheiter. Mesmo que desejasse fazê-lo, porém, o pontífice se veria impossibilitado de tomar essa atitude por uma razão prática. Se, por exemplo, transferisse o presidente da CNBB para Roma por causa das queixas do governo brasileiro, o papa com certeza teria de amargar pelo resto de seus dias uma romaria de governantes interessados em se livrar de sacerdotes inconvenientes.